

Ata de Reunião – CONSEGOV - 13 de Maio de 2022

Aos treze de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e quinze minutos, a Sra. Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira da iniciou a segunda reunião do presente ano, do Conselho Municipal das Escolas de Governo – CONSEGOV.

A Sra. Beatriz Chaves Dias, representante do Centro de Formação em Controle Interno comunicou recebimento de um documento eletrônico SEI, onde solicitava informações dos responsáveis de cada Escola de Governo e seus suplentes e comunicou uma alteração temporária em virtude da licença gestante da Sra. Nathalia Lima Nahas, sendo aceita pela Sra. Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira, diretora da Escola Municipal de Administração Pública, que orientou sejam sempre comunicadas possíveis atualizações dos componentes responsáveis pelas Escolas de Governo.

Em continuidade, a Sra. Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira, diretora da Escola Municipal de Administração Pública relatou alguns informes e leu pauta dos assuntos a serem discutidos:

- 1) Relato sobre a conjuntura do Centro de Formação de Professores – CEFORP e Academia de Segurança Urbana;
- 2) Compartilhamento pelas Escolas deste Conselho, dos respectivos critérios de seleção para as formações para socialização com o Centro de Formação em Controle Interno – CFCI;
- 3) Compartilhamento, pela Escola Municipal da Saúde, de documentos da UNESCO sobre formações EAD;
- 4) Perspectivas de monetização das Escolas de Governo;
- 5) Curso de Excelência de Atendimento ao Cidadão e Verba GAP;
- 6) Parceria com a Escola de Governo do INSS.

Em seguida, informou a presença do convidado Sr. Jeferson Luiz Mendes da Silva, Chefe da Divisão de Educação e Desenvolvimento do INSS – São Paulo que se apresentou.

Apresentou os assuntos pendentes de algumas reuniões:

- 1) Centro de Formação em Controle Interno – CFCI: Socialização do Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM;
- 2) Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR: Apresentar do ponto de vista jurídico o que seria um processo de autarquização;
- 3) TODOS: Sondagem generalizada das chefias para possibilidade de fundação de uma Universidade de Governo.

Após a leitura da pauta, a Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira, passou a palavra para a Sra. Paula Alegria Bento, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, que recapitulou a intenção da formação de uma parceria com a PLAN Internacional, que é uma ONG humanitária voltada aos direitos da criança e do

adolescente. Informou que foram compartilhadas com a coordenação de políticas para crianças e adolescentes da Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania, o plano de trabalho e os conteúdos dessas formações para que se pudessem socializá-los e garantir que fossem alinhados com os princípios das nossas políticas. Relatou sobre o retorno positivo dessa Instituição e a formação da parceria com a Secretaria Municipal da Educação e da necessidade de realizar também uma parceria da PLAN e EMASP para viabilizar futuras validações de cursos aos servidores que trabalham para a causa da criança e do adolescente, e colocou-se à disposição das demais escolas de governo para estudos e desenvolvimento dos trabalhos.

A Sra. Betina Black Dalarmelino da Escola Municipal da Saúde relatou da existência de várias capacitações realizadas aos servidores que trabalham no âmbito da pessoa em situação de rua e gostaria de conhecer mais a respeito do projeto da PLAN no que envolve a questão da saúde.

A Sra. Paula Alegria Bento, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP informou que compartilhará todo o conteúdo e andamento desse programa, bem como abrirá oportunidade para discussões e aprimoramentos onde serão envolvidas as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, em continuidade da reunião, passou a palavra a Sra. Adriana Carvalho da Silva, representante do Centro de Formação de Professores – CEFORP, que iniciou sua explanação em relação às especificidades da Escola, conforme posto no 1º item da pauta. Informou que a CEFORP teve seu espaço físico inaugurado um pouco antes da pandemia e não foi constituída exatamente como uma escola de governo. Explicou como funcionam as formações, sendo a CEFORP o núcleo técnico e as formações ofertadas podem ser realizadas de forma direta, através das Coordenadorias da Secretaria e Divisões, e pelas 13 regionais de Educação, sendo que todas devem convergir nas diretrizes estabelecidas pela Secretaria. Além disso, há uma rede de parcerias, principalmente com sindicatos dos servidores, que também podem ofertar cursos de formação. Relatou sobre parcerias realizadas com a Escola UMAPAZ e a Escola do Parlamento. Explicou que é publicado anualmente um Edital contendo o tema das formações, suas linhas programáticas e o que devem ser abordados nessas formações, respeitando o contido no documento norteador da cidade a fim de que essas informações estejam alinhadas às concepções presentes no currículo da cidade. Desta forma, todas as formações dos servidores da Educação passam por uma análise de uma comissão composta por servidores da Coordenadoria Pedagógica e pelo Núcleo Técnico de Formação (CEFORP) para análise e verificação e possíveis ajustes com as áreas para que estejam de acordo com o Edital publicado e as diretrizes da Secretaria de Educação. Após, são feitas as publicações dessas formações em Diário Oficial da Cidade.

Concluiu que o objetivo maior dessas formações é reverberar nos aprendizados dos estudantes. Mencionou sobre as parcerias externas da Secretaria Municipal de

Educação, que podem ser realizadas pelas treze divisões existentes através de um termo de cooperação, e mencionou algumas delas. Informou que os educadores são os próprios profissionais da rede ou são convidados através das parcerias, não geram custos e, portanto não há orçamento previsto. O núcleo técnico também cuida das certificações dos cursistas que, após suas análises, são encaminhados para constituírem suas progressões. Em relação ao prédio onde está estabelecido o CEFORP, relatou a existência de problemas estruturais. Não foi utilizado para cursos presenciais durante a pandemia e estão retomando agora. Houve uma mudança na estrutura pedagógica e estão sendo estudados novos propósitos para utilização de seu espaço. Com a pandemia, observou uma maior oferta de formações on-line terceirizadas, pelo motivo de que essas possuem uma plataforma própria. Acreditam que essa modalidade on-line veio para ficar como um meio facilitador tanto para os cursandos, quanto para os educadores. Também prevêem a volta da educação presencial para algumas formações para este ano de 2022. Concordou com a Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, em relação à formação da parceria com a PLAN, no que tange a área da Educação. Em relação às inscrições nas formações, relatou que, por haver diferentes áreas que as promovem, há várias maneiras de como se fazem suas inscrições, pois a maneira de executar fica sendo uma decisão da área promotora e a maior parte delas utilizam o formulário Google. Para públicos de formações específicas também há possibilidade das inscrições serem feitas por elas mesmas. Relatou a problemática do pouco número de vagas frente à procura.

Com a palavra, a Sra. Mônica M. De O. Braga Cukierkorn, representante da Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, também mencionou a importância da participação das questões da parceria com a PLAN e informou a existência do setor de Coordenação de Políticas de Proteção Básica, que compõe a prática do Programa Criança Feliz.

Após, foi direcionada a palavra ao Sr. Eduardo Felipe Gomes, representante da Academia de Formação em Segurança Urbana – AFSU que confirmou que os cursos ofertados eram mais presenciais e que no final do ano de 2021, receberam uma doação de uma plataforma Moodle e já tiveram a experiência de dois cursos por EAD, indo para o terceiro curso que é Operador de Pistola na parte teórica, e intencionam colocar na modalidade EAD, novos cursos sem tutoria.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP informou a existência do Grupo de Trabalho constituído pelo CONSEGOV e colocou a disposição de todos para consulta e aprendizagem. Quanto a EMASP, relatou que o processo de seleção é um ponto bastante sensível que requer um trabalho bastante complexo, pois as seleções são feitas manualmente. Há uma procura bem maior que o número de vagas. As formações quando são validadas servem para progressão na carreira de funcionários efetivos. Relatou a importância de uma informatização da área da Gestão Escolar. Relatou que ocorreu uma reunião, entrevista com o IBEGESP, Instituto Brasileiro de Gestão Pública e a MSTEC, uma empresa de tecnologia. Essas reuniões foram para estudar uma

possibilidade de contratação e ainda haverá outras. Relatou que as inscrições ficam abertas por um período de sete dias (uma semana), e com o fechamento dessas inscrições, passa para o momento da seleção onde o administrativo organiza o processo seletivo. Informou que o processo seletivo é longo, pois tenta especificar qual é o seu público com o intuito de realizar uma seleção mais justa ou menos injusta possível. Verifica-se sua pertinência ao trabalho.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, diretora da Divisão Pedagógica da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP informou que os processos de seleção dos cursos dependem muito da formatação da formação a ser ofertada, seguem-se casos correlacionados à legislação, como, por exemplo, caso de cotas de pessoas com deficiência. Segue-se muito ao curso da pessoa que formata o curso, dentro do seu público alvo, são elaboradas questões de seleção dentro da proposta que possibilite nortear a seleção para aquele público específico. Tenta-se estabelecer perguntas binárias (sim ou não), ou perguntas específicas no pedagógico com justificativas. Filtra-se pelo Excel, o que facilita a separação das respostas condizentes ao público alvo. Há também a questão prévia da filtragem pela lista de impedimento por seis meses, que abarca alunos inscritos que desistem e não justificam. Caso justifique após o período especificado, é solicitada sua justificativa por e-mail e a decisão da liberação é feita pela Diretoria Geral da EMASP. Também existe a média de curso por CPF utilizados por inscrições em cursos, o que possibilita saber se um aluno está fazendo muitos cursos, o que impede a seleção de outros.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP complementou que a realização de estatísticas visa socializar as métricas com todos e tê-la como uma ferramenta de tomada de decisão é muito salutar. Colocou a disposição das demais Escolas de Governo, os assuntos pertinentes aos critérios de seleção utilizados.

A Sra. Adriana Carvalho da Silva, representante do Centro de Formação de Professores – CEFORP mostrou-se interessada em conhecer o método de índice de cruzamento utilizado na EMASP e compartilhou que vivencia esses problemas na Escola. Cada formação sai com um número de homologação, sendo cadastrado no eol do servidor e quando o sistema acusa mesmo número de homologação, ocorre o travamento do sistema, o que acusa duplicidade para a mesma formação. Em alguns casos, é informado na publicação que servidores desistentes anteriormente não terão prioridade.

A Sra. Roberta Guimarães Foster do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI relatou a vivência do mesmo problema de cruzamento de informações de dados para evitar que a mesma pessoa realize o mesmo curso mais de uma vez.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, representante da Escola Municipal da Saúde relatou que a Escola está com 66 cursos abertos na plataforma Moodle, com aproximadamente 12.000 trabalhadores inscritos e não possuem ferramentas para a realização de cruzamento de dados para detecção de duplicidade. Relatou que muitos cursos vêm por alguma mudança na legislação, por uma ação que seja necessária realizar no processo de trabalho ou algum programa novo que venha do Ministério da Saúde. Os cursos são

direcionados a um tipo específico de trabalho, mas que abarcam muitas regiões na cidade. A cidade de São Paulo possui seis regionais de saúde e são discutidas previamente suas vagas com os coordenadores, sempre observando possibilidades de uma melhor distribuição de vagas. Para as inscrições utiliza-se o formulário Google onde também são solicitadas as informações profissionais do candidato que serão checadas sua veracidade.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, diretora da Divisão Pedagógica da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP informou que no curso da CIPA, o critério utilizado é o código de cipeiro, o que ajuda na eliminação dos que não possuem o número. O curso de Ingresso, por exemplo, é feito por tempo de casa. Há alguns filtros que se utilizam dentro do formulário de inscrição padrão.

O Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR relatou que por conta da Escola ser um pouco mais monotemática específica nas questões jurídicas, o processo de seleção acaba sendo um pouco menos complexo, mas que não deixa de existir o problema da diversidade de carreira e cargos existentes. A seleção baseia-se na própria responsabilidade do servidor em fornecer informações verdadeiras. Existem duas frentes de interesse, a da Administração em treinar o servidor, qualificando-o e, em contrapartida com o interesse do servidor em se auto desenvolver e valorizar o ser humano, portanto, algumas vezes não havendo uma relação direta com o tema, são selecionados. Acredita-se nas informações autodeclaradas no formulário.

A Sra. Beatriz Chaves Dias, do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI informou que a escola adotou primeiramente o critério de ordem de chegada da realização da inscrição. Contudo, esse critério não se apresentou como satisfatório, pois prioriza aqueles inscritos que estão na frente de um computador, sendo prejudicados aqueles que estão trabalhando na rua. Atualmente se estabeleceu critérios que evitassem esse problema. Não se aboliu o critério de chegada, mas foi incluso no formulário de inscrição, um pequeno texto onde o servidor coloca seu propósito na realização daquela formação, o que diminuiu o número de inscrições impulsivas, contudo ainda apresentam menos ofertas e muita procura por formações. Também informou que os servidores que sabem redigir melhor acabam sendo mais selecionados. Outro entrave na escola é a questão exata da aplicabilidade da legislação das cotas, pois a legislação é vaga nas suas aplicações em ofertas de cursos. Lançou a ideia da formalização interna por parte do CONSEGOV, com o apoio jurídico necessário para a formação de um manual da Escola que contemplasse também esse tema. Declarou interesse em adotar o critério da média de curso por CPF utilizados por inscrições em cursos.

A Sra. Roberta Guimarães Foster do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI indagou sobre a possibilidade de formalizar um manual de política interna que contemplasse os parâmetros legais sobre processos de seleção.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, representante da Escola Municipal da Saúde relatou que em relação ao processo seletivo da residência médica e da residência multi foram utilizados esse critério de cotas com a orientação da Secretaria dos Direitos Humanos. É a favor da discussão do tema com a Secretaria dos Direitos Humanos em reuniões com o CONSEGOV.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP relatou algumas considerações importantes, como a existência de um mundo ideal onde não houvesse restrições e que todos pudessem cursar o que fossem. Um mundo sem necessidades de criar regras para isso. Contudo, ante a realidade material objetiva que temos, não é possível. A procura é muito maior do que as vagas, então ante essa realidade objetiva, faz-se necessário o lidar com isso. Não havendo mundo ideal, é preciso lidar com os pés no chão, sendo tudo possivelmente judicializável utilizando a melhor forma jurídica possível. Para tanto, relatou alguns encaminhamentos possíveis com o aval do Sr. Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR:

- Convocação de uma reunião extraordinária com o estatístico Euro de Barros Couto Junior, da EMASP sobre Estatística e Inclusão;
- Articulação da EMASP com o Departamento Jurídico da Secretaria Municipal de Gestão sobre a questão de segurança jurídica dos nossos processos seletivos;
- Convite ao Departamento de Educação em Direitos Humanos a participar do CONSEGOV para somar aos nossos esforços, bem como às questões indígenas.

O Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR esclareceu que tudo aquilo que não for contra as normas da Lei da Municipalidade, no geral, pode ser estabelecido via regulamento, observando-se a hierarquia das normas. Elaborar uma política comum interna às escolas de governo seria um bom passo construtivo, o que foi aceito pela Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP.

A Sra. Mônica M. De O. Braga Cukierkorn, representante da Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO relatou que a Escola tem feito grandes esforços para aperfeiçoar as formas de inscrição, não fazem uma seleção prévia, utiliza-se o formulário do Google. As questões relativas aos formulários foram criadas na base do diálogo com a EMASP, mas acabou sentindo a necessidade de acrescentar ou excluir alguns aspectos, procurando sempre aprimorar. Em relação a algumas questões como o da deficiência, por exemplo, questionam o motivo da pergunta existir mesmo sem possuir a total infraestrutura necessária a oferecer. Possui seleção pelo público alvo, número de vagas disponibilizadas para cada turma por ordem de chegada. Possuem três realidades: Alguns cursos são destinados para um público específico relacionado à atuação do profissional no serviço da rede da SMADS, a oferta de cursos para área sigilosa, e também possuem cursos da rede indireta (conveniados). Tem trabalhado na sensibilização através dos formulários de inscrição com frases sensibilizadoras para evitar duplicidades de participantes bem como evitar inscrições desmotivadas que culminem na desistência, assim utilizando vagas que poderiam ser aproveitadas por outros.

A Sra. Paula Alegria Bento, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP propôs para sejam discutidas ideias para incentivar a diversidade do nosso corpo de educadores.

Com a palavra, a Sra. Sra. Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP conduziu a reunião para a discussão do próximo tópico; Perspectivas de monetização das Escolas de Governo, contudo, pelo tardar da hora, somente foi apresentada a motivação da importância da autonomia orçamentária – financeira, propôs e pediu a todos que maturassem a ideia da implantação de um orçamento participativo das Escolas de Governo gerido pelo CONSEGOV. Informou o caso modelo de uma Escola de Governo do Pará.

O Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR apresentou a ideia debatida anteriormente com sua equipe que seria a da autarquização, o que implicaria a criação de uma estrutura com cargos e seus efeitos políticos diversos. Optou pela criação de uma universidade de governo.

A Sra. Rosane Segantin Keppke, da Escola de Gestão e Contas Públicas, sugeriu que a questão das contrapartidas das Escolas que utilizam áreas públicas poderiam ser revertidas para este fim.

Para dar início a essa questão, a Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP sugeriu o contato com CGPATRI para esse levantamento.

Informou as seguintes pautas a serem discutidas na próxima reunião:

- 1) Perspectivas de monetização das Escolas de Governo;
- 2) Curso de Excelência de Atendimento ao Cidadão e Verba GAP;
- 3) Parceria com a Escola de Governo do INSS.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP pensou em utilizar a mão de obra dos residentes para conduzir a reforma pedagógica da escola, onde deverão ser repensadas sobre as questões do Regimento Interno, política de formação, formulários e demais assuntos pertinentes.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, representante da Escola Municipal da Saúde relatou sobre a parceria com a Secretaria Municipal da Educação na implementação de cursos de primeiros socorros aos profissionais que atuam na rede pública nas aldeias indígenas.

A Sra. Clarisse Almeida Cordeiro Nogueira da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP informou os seguintes encaminhamentos:

- 1) Convocação reunião extraordinária do CONSEGOV com o estatístico da EMASP sobre questões atinentes à estatística, inclusão de seleção;
- 2) Articulação da EMASP com a COJUR sobre questões de segurança jurídica dos processos seletivos;
- 3) Convite da EMASP ao Departamento de Educação em direitos humanos a vir ao nosso Conselho.

Pendências:

- 1) Socializar o acordo de Cooperação técnica com a Escola do TCM (enviar por email);
- 2) Compartilhamento, pela Escola Municipal da Saúde, de documentos da UNESCO sobre formações EAD (enviar por email).

Próxima reunião do GT EAD – 27/05/2022 – 15h00.

Próxima reunião CONSEGOV GERAL – 10/06/2022 – 15h00.

A reunião encerrou-se às dezessete horas e seis minutos.

PRESENTES NA REUNIÃO:

Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira – R.F. 856.757.3

Jaqueline Primiani Mol – R.F.: 822.636.9

Paula Alegria Bento - R.F.893.191.7

Lucas Santos do Nascimento – Estagiário

Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP

Secretaria Municipal de Gestão - SG

Mônica M. De O. Braga Cukierkorn R.F.: 620.589.5

Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Betina Black Dalarmelino – R.F.: 623.909.9

Escola Municipal da Saúde

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Roberto Angotti Junior – R.F. 753.843.0

Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR

Procuradoria Geral do Município - PGM

Adriana Carvalho da Silva – R.F. 692.675.4

Centro de Formação de Professores - CEFORP

Secretaria Municipal da Educação SME

Eduardo Felipe Gomes

Academia de Formação em Segurança Urbana – AFSU

Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU

Beatriz Chaves Dias – R.F.: 886.949.9

Roberta Guimarães Foster – R.F. 741.018.2

Centro de Formação em Controle Interno – CFCI

Controladoria Geral do Município – CGM

Gilson Piqueras Garcia

R.F. 838.040.6

Rosane Segantin Keppke R.F. 627.194.4

Escola de Gestão e Contas Públicas

Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM

Thaís Brianezi R.F. 835.906.7

Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz- UMAPAZ

Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Convidado:

Jeferson Luiz Mendes da Silva

Chefe da Divisão de Educação e Desenvolvimento

INSS – São Paulo

Ligia Ansaldi da Silva – Registro Funcional: 602.502.1

Secretariado do Conselho Municipal das Escolas de Governo - CONSEGOV